



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
72ª REUNIÃO ORDINÁRIA

1
2
3
4 A septuagésima segunda reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos teve lugar no
5 auditório da SEMA Porto Alegre-RS, no dia onze de setembro do ano de dois mil e treze, as
6 quatorze horas e quinze minutos. **Compareceram** os conselheiros: Luis Fernando Carvalho
7 Perelló, Secretaria do Meio Ambiente - SEMA – Presidência; Gilmar Carabajal, SOP – vice-
8 presidência - representante; Vitor Hugo Lara, Secretaria da Agricultura – SEAPA -
9 representante; José Luis Barbosa, Secretaria dos Transportes – SEINFRA - representante;
10 Margareth Vasata, Secretaria do Planejamento –SEPLAG - representante; Julce Clara da
11 Silva, Secretaria da Saúde – representante; Fabrício Tavares, SDPI - SEDAI –
12 representante; Valmir Rosa Silveira, Secretaria dos Transportes - SEINFRA – representante;
13 Carlos Alberto Prade, Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico -
14 SCIT– representante; Tânia Zoppas, Comitê Caí, titular; Renato Zenker, Comitê Camaquã,
15 titular; Paulo Robinson Samuel, Comitê Gravataí, titular; Daniel Schmitz, Comitê Taquari-
16 Antas – titular; Roberto Damásio de Carvalho, Comitê Santa Maria, titular; Karla Cozza,
17 Comitê Lagoa Mirim, titular. **Ausentes:** Secretaria Especial de Assuntos para a Casa Civil,
18 Sistema Nacional de Meio Ambiente, Comitê Apuaê-Inhandava, Comitê Lago Guaíba,
19 Comitê Tramandaí, Comitê Quaraí. **Ausência Justificada:** Sistema Nacional de Meio
20 Ambiente, Comitê Ibicuí. **Demais:** Júlio Salecker – Comitê Pardo; Mário Florisbal Damé –
21 Comitê Baixo Jacuí; Adilson Steffen – Comitê Turvo, Santa Rosa, Santo Cristo; Luiz Alberto
22 Gastaud – Comitê Lagoa Mirim, Canal São Gonçalo; Luiz Augusto Persigo – Comitê Ijuí;
23 Raquel Reisdorfer – Comitê Ijuí; Roberto Macagnan – SEMA; Camila Reis Oliveira –
24 CIENTEC; Vicente Marques - Gabinete do Governador; Eduardo Leão Freitas – SDR –
25 DINFRA; Carlos Gabriel Nunes – SDR – DINFRA; Shirley Nielsen – ABES; Leonila Q.
26 Ramos – Comitê Mampituba; Alziro Ramos – ONG Onda Verde - Comitê Mampituba; Ana
27 Luiza Kowalski – Comitê Ijuí; André Stolaruck – SEAPA; Tiago Brasil Loch – DRH/SEMA;
28 Guilherme Barbosa – Diretor SEHABS; Diego Carrillo – FEPAM; Paulo Germano –
29 CORSAN; Ricardo Almeida – CORSAN; Mário Rangel – Comitê Gravataí; Gizelani Guazzelli
30 – Comitê Mampituba; Marco Mendonça – Diretor DRH/SEMA, Patrícia Moreira Cardoso,
31 Margarete Willers Bremm e Carmem Silveira da Silva, Secretaria Executiva do CRH/SEMA.
32 **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** abriu a reunião saudando aos presentes e
33 colocando que vai presidir a reunião porque o Secretário Neio tem uma agenda no Palácio
34 do Governo. Salientou que a equipe é pequena e que quando assumiram decidiram dividir
35 os “delicados”, por assim dizer. Explicou que ele está mais envolvido em outras áreas, que
36 não a de recursos hídricos, mas que como Secretário Adjunto, procura acompanhar de uma
37 forma mais macro os movimentos do CRH, como do próprio Departamento de Recursos
38 Hídricos e do Fundo de Recursos Hídricos. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:**
39 Como foi tudo encaminhado por e-mail, só vou ler os tópicos. Ofício da Câmara dos
40 Deputados, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos, falando sobre a consulta pública
41 sobre os Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, pra propor alteração na
42 Lei 9.433. Como estamos tratando da alteração da composição do CRH e alguns artigos da
43 lei, seria interessante que os conselheiros soubessem disso. Os comitês sabem, mas os
44 representantes das secretarias nem sempre tem acesso. Ofício do Fórum Gaúcho dos
45 Comitês, nº. 019, com as novas indicações dos representantes dos comitês para as
46 Câmaras Técnicas e para o CRH. Então temos conselheiros novos. Ofício da Secretaria de
47 Obras Públicas indicando a nova representação para o Conselho, que é o Sr. Gilmar
48 Carabajal e também novas indicações da SOP para as Câmaras Técnicas e Comitês de
49 Bacia. Eu tenho a comunicar que a SOP não vai indicar mais pra todos os comitês, só para
50 aqueles que estão com o Plano de Irrigação. Justificativa de ausência do Conselheiro Ivo
51 Mello, do Comitê Ibicuí e do Sistema Nacional de Meio Ambiente. Agora entregamos aos
52 Senhores Conselheiros o ofício da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Pesca, com a
53 prestação de contas que não havia sido enviada a tempo para a reunião da CTPA, no dia 20



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

54 de agosto e o ofício solicitando o valor para o orçamento de 2014, que todas as secretarias
55 nos mandaram por e-mail, mas eles não conseguiram antes e nos trouxeram em mãos.
56 Temos também o processo sobre o grupo de trabalho de alteração do Conselho, que se
57 reuniu no dia quatro passado. Foi bastante discutido e houve algumas outras sugestões no
58 regimento interno, por parte do Sr. Eldo Frantz, do Comitê Santa Maria e foi acordado entre
59 todos a inclusão da Secretaria da Pesca e da Habitação. Também ficou a cargo do
60 Secretário fazer a articulação política necessária, pra ver qual a necessidade e se haveria
61 interesse de colocar também a Secretaria da Fazenda na composição do CRH. Quanto a
62 esse assunto, houve discordância na reunião passada, não querem alterar a lei neste
63 momento. Tem essa alteração da lei nacional, que se for aprovado nós teremos que alterar
64 a nossa de qualquer forma. O pessoal dos comitês no grupo de trabalho, nos preveniu que
65 após o Encontro Nacional de Comitês que vai haver agora em outubro, que vai se pensar
66 nisso. Só que o grupo de trabalho acordou que a gente apresentasse a proposta hoje, que
67 incluísse na pauta, que eu já havia enviado antes. Conversando com o Secretário achamos
68 melhor que seja colocado primeiro com alteração, primeiro vemos a alteração do decreto
69 com a casa Civil, porque no decreto consta a composição. **Presidente Luiz Fernando**
70 **Carvalho Perelló:** esse assunto já está encaminhado na Casa Civil, nós só estamos
71 aguardando agora o encontro com o Governador, pra discutir mais diretamente com ele as
72 secretarias que o Governo entende que devem fazer parte do CRH. Então pra não fazer
73 duas discussões, ou ampliar essa discussão desnecessariamente, achamos mais oportuno
74 aguardar isso que deve ser dar nos próximos dias agora e, já pra próxima reunião nós
75 traríamos a composição por parte do Governo do Estado e aí poderíamos esgotar esse
76 tema. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Também foi deliberado que o
77 Secretário, como Presidente, consultasse a Secretaria da Agricultura se ela tinha interesse
78 em permanecer no CRH, porque ela esteve ausente nas seis últimas reuniões. Foi feito isso,
79 a SEAPA está aqui presente hoje e também vai providenciar as indicações para os comitês.
80 **Daniel Schmitz:** esse grupo de trabalho vem com o objetivo de tentar buscar algumas
81 adequações, dentro do processo de funcionamento do Conselho de Recursos Hídricos, e as
82 principais que a gente tem pleiteado a mais tempo era que, dentro de uma política de
83 participação da sociedade e Governo, é um dos únicos conselhos em todas as instâncias do
84 Estado e também daqueles que o próprio Estado cobra postura dos municípios quando
85 montam seus conselhos, que é da paridade. Essa dificuldade de ter paridade ela tem
86 decorrência na lei 10.350, onde na lei determina o número de comitês que estão lá no
87 conselho. Claro que com o aumento das secretarias esse processo do número de comitês
88 ser fixo, as secretarias tem buscado ocupar esses espaços, fazendo com que muitas vezes
89 haja uma distorção, uma disparidade de forças, de diálogo e de construção da política para
90 os recursos hídricos. Então se busca essa correção pra gente compreender, muita gente
91 talvez não tenha acompanhado esse processo. A leitura de todo grupo, as secretarias que
92 fazem parte desse grupo de trabalho, não só os comitês, quando se discute isso, se
93 conversou também com relação a alteração da lei. Talvez tenha muitas situações, numa
94 política de recursos hídricos que não está implementada totalmente nos seus instrumentos
95 de gestão e de planejamento, nós partimos já pra uma alteração de lei sem rodarmos o
96 sistema, era uma situação que no momento talvez não fosse cabível de levar pra
97 Assembléia Legislativa. Talvez pudesse haver compreensões um pouco diferentes sobre o
98 funcionamento, a eficiência e até pessoas que....(inaudível) a necessidade de fazermos
99 gestão de recursos hídricos. Então poderia se esperar de tudo. Dessa forma está se
100 buscando uma construção, claro que é uma posição muito política da Secretaria de Meio
101 Ambiente, do Governador, com suas outras secretarias, pra possibilitar esse entendimento
102 dessa leitura do funcionamento do órgão superior do sistema. **Secretária Executiva**
103 **Adjunta Carmem Silva: Item 02 – Aprovação da Ata da 71ª Reunião Ordinária do CRH:**
104 nós recebemos pedido de alteração do conselheiro Júlio Salecker, na linha 628 e 687,
105 escreve-se CERTEL e não CERTHEL. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:**
106 colocou a ata em aprovação. Aprovada por todos. Só quero fazer uma observação, para que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

107 fique claro sobre essa questão da composição. Na relação que estamos construindo com os
108 conselhos, naqueles conselhos em que a SEMA tem uma ligação direta, CONSEMA e CRH,
109 nós entendemos sim a importância da paridade, que fique claro isso; não há como ser
110 diferente, senão o conselho não pode cumprir o seu papel para o qual foi criado. A gente
111 deve perseguir essa paridade e a secretaria tem esse entendimento, que fique claro isso.
112 **Paulo Robinson da Silva Samuel** eu queria deixar passar, mas eu não consigo, é algo que
113 está dentro de mim, não consigo deixar as coisas passarem sem me manifestar. O
114 regimento interno diz e espero que eu esteja errado em interpretar, diz que o Secretário do
115 Meio Ambiente é o Secretário que preside a reunião e na falta do Secretário é o Secretário
116 de Obras, então ao meu ver o Secretário está em exercício. Então ao meu ver esse
117 conselho deveria ter sido agora presidido pelo Secretário de Obras e está sendo o
118 Secretário Adjunto, nada contra o Secretário Adjunto, mas é algo legal e eu gostaria de ver
119 sanada a minha dúvida. Porque a gente prima pelo aspecto legal e eu fico com essa dúvida.
120 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** existe um parecer da assessoria jurídica da
121 SEMA, porque antes não tinha a figura do Secretário Adjunto, no governo leda é que criado
122 isso. É como se fosse a mesma pessoa, eles tem as mesmas atribuições e é legal. **Paulo**
123 **Robinson Silva Samuel:** Então eu aproveito pra sugerir que nessa mudança do regimento
124 interno se discuta isso. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** foi discutido isso e
125 até o Dr. Oscar Escher, que era Adjunto das Obras, presidiu reuniões anteriores na
126 ausência do Secretário do Meio Ambiente e do Adjunto do Meio Ambiente. **Paulo Robinson**
127 **Samuel da Silva:** eu lembro e das outras vezes eu também me manifestei, não foi só agora.
128 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Isso já foi bastante discutido no grupo de
129 trabalho. **Paulo Robinson Samuel da Silva:** eu sugiro que o parecer do jurídico seja
130 encaminhado para os conselheiros. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** tudo
131 bem. **Item 02 – Expediente Administrativo nº 008972-0500/13-5 – Alteração da**
132 **Resolução CRH nº 96/11, que estabelece critérios para retirada de água para irrigação**
133 **na Bacia do Rio Santa Maria.** é uma solicitação do comitê Santa Maria para alteração do
134 artigo quinto dessa resolução aprovada aqui no CRH. Nós encaminhamos essa solicitação à
135 CTIJ, eles examinaram e formataram essa minuta que foi encaminhada aos senhores.
136 **Roberto Damásio de Carvalho:** essa alteração só surgiu pra ser feita no âmbito do comitê,
137 porque a Barragem da Serrinha que foi acrescentada, ela também é utilizada para
138 abastecimento público na cidade de Dom Pedrito e algumas vezes a Corsan não enviava
139 umas informações de monitoramento as comissões locais que existem na cidade de Dom
140 Pedrito e Rosário do Sul, pra acompanhamento dos níveis dos mananciais para
141 abastecimento público. Então foi pedido pra que ele fosse incluído nessa Resolução 96 a
142 Barragem da Serrinha. Pra que sejam dadas as informações do nível desse armazenamento
143 lá. **Paulo Germano:** boa tarde a todos e obrigado pela oportunidade. Nós gostaríamos de
144 esclarecer algumas coisas aqui. O pessoal está pedindo que o nível da Barragem da
145 Serrinha seja indicado todo dia. Essa barragem não tem influência direta no nível das
146 captações superficiais lá. Essa barragem é utilizada para o abastecimento e quando o
147 pessoal precisa, para irrigação. Quero reiterar, ela não interfere diretamente no nível do
148 Santa Maria e do Ibicuí da Armada. Eu tenho a dizer o seguinte: é inviável pra Corsan
149 fornecer esse nível todo dia, são dezessete quilômetros, ter que ir e vir todo dia demanda
150 um operador pra fazer só isso. Então estamos solicitando que, em último caso, se quiserem,
151 que seja uma vez por semana, não todo dia, porque daí se torna inviável. A última questão
152 ainda é que se é para ter um controle dos mananciais, então que se tenha controle de todos
153 os barramentos da bacia, não só da Barragem da Serrinha. **Roberto Damásio de**
154 **Carvalho:** barramento não é utilizado para irrigação. Esse barramento é um sistema para
155 quando os níveis do rio estiverem muito baixos, no caso de uma escassez, uma falta de
156 chuva, aí é utilizado como uma reserva técnica que tem para abastecimento de Dom
157 Pedrito. O que acontece: em alguns momentos essa água estava sendo utilizada, não
158 estava sendo reservada, a Corsan estava lançando mão dessa reserva mesmo quando
159 havia disponibilidade no rio, onde é a captação original. Então a gente pediu que tivesse um



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

acompanhamento para que o comitê ficasse sabendo do uso dessa água. Então, está sendo feito o uso quando poderia haver a possibilidade e deveria ser feita a captação diretamente no rio, preservando a reserva para uma época de escassez quando não tem água no rio. Por isso estamos pedindo que seja feito o acompanhamento do nível. Existem duas comissões locais, uma na cidade de Dom Pedrito e outra em Rosário do Sul, formada pelo comitê, sindicatos rurais, prefeituras, abastecimento público, Corsan, e controla pelos níveis e em uma época de conflitos, eles são administrados pelos níveis dessas réguas.

Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló: Me parece que o que está sendo questionado não é o mérito da proposta e sim a periodicidade da informação. **Paulo Germano:** como dissemos a barragem não interfere diretamente no nível do manancial superficial onde nós captamos. Nós entendemos que controlando os níveis do manancial superficial, digamos a calha direta lá, o rio, controlando os níveis lá, já é o suficiente pra termos uma boa ideia. A barragem da Serrinha realmente serve como um fusível, uma carta na manga, uma reserva. Mas nós controlando os níveis dos mananciais superficiais diretos, já é o suficiente. Entretanto, se realmente quisermos saber os níveis dos mananciais, podemos fazer isso uma vez por semana, mas também teremos que saber de todos os outros reservatórios, não só aquele lá da barragem da Serrinha. **Roberto Carvalho:** esse barramento é no município de Dom Pedrito. Ele foi construído e cedido para uso pela Corsan, para abastecimento público, no caso de haver escassez de retirada de água no rio, porque existe aquele conflito de abastecimento público e produção rural, e lá nós temos esses dois usuários, público e produção rural. Então a produção rural tentando amenizar esse problema tem esse barramento lá, que não é usado para irrigação, ele é exclusivamente para abastecimento público. Por que a comunidade gostaria de saber dos níveis? Vou repetir. Por que quando tem água no rio, suficiente, a Corsan deve captar do rio. Barramento é uma reserva para os problemas de escassez de água e, em alguns momentos no ano passado, a Corsan utilizou a água desse barramento, que é uma reserva para uma época de estiagem, numa época que havia disponibilidade de água no rio. A comunidade em algum momento ficou sabendo desse nível e sabe que nós temos que guardar água, para a época que precisa. Então a Corsan estava lançando mão dessas reservas numa época que podia captar no rio. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** a Corsan participou dessa discussão lá no comitê? E qual é o entendimento? Também se manifesta da mesma maneira que o superintendente? **Roberto Carvalho:** A Corsan sempre participa. Hoje a gente está tendo periodicamente as informações do barramento da Serrinha, então não estou entendendo o problema da informação, porque hoje tivemos um entendimento lá no comitê, com a Corsan local e esses números estão sendo passados, apenas queremos colocar na resolução, porque em algum momento já teve um argumento que, *como não está na resolução, nós não precisamos informar*. Mas não é bem assim, eu acho que todas as águas que são de uso, principalmente público, a comunidade tem direito. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** essas informações de réguas já estão sendo passadas então? E com que periodicidade? **Roberto Carvalho:** estão sendo passadas diariamente. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** então é possível. **Roberto Carvalho:** essas informações vêm para o comitê, a Corsan repassa o nível do Ibicuí da Armada na cidade de Rosário do Sul, do Rio Santa Maria em Rosário do Sul, do Rio Santa Maria em Dom Pedrito e da barragem da Serrinha. **Mário Rangel:** boa tarde a todos. Eu conheço lá os três mananciais e, a barragem da Serrinha como é um manancial de reserva, claro tem o controle, tem a régua lá, agora repassar a medida de nível do manancial diariamente, o que feito somente nas vezes que há um grande problema de estiagem, eu acho que é contra-senso. Se forem repassados esses níveis numa periodicidade de uma semana, eu acho que sim, porque ele não tem grande variação. Agora, quanto ao Ibicuí da Armada e o Santa Maria, eu concordo que seja feito diariamente, como é e, estão lá os dados registrados. Eu acho que Resolução como está colocada aqui, como eu não participo do comitê, não sei como o representante da Corsan agiu e a gente sabe que muitas vezes vai a votação e um membro é derrotado, normal. Só que eu acho que essa resolução, assim como está



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

colocada, não vai somar nada no acompanhamento desses níveis da barragem da Serrinha.

214 **Júlio Salecker:** gente, eu sinceramente não entendo. Eu sou representante dos geradores
215 de energia e nós somos obrigados a ter régua on line, na web. Então eu não sei por que a
216 Corsan quer, não quer, pode ser só daqui a sete dias. É estranho, porque o certo era ter
217 essa informação boca livre, isso é público. **Paulo Robinson Samuel:** estou vendo que está
218 tendo duas posições. Uma do comitê, que o colega Roberto traz e pelo que eu entendi a
219 Corsan está utilizando aquela água do período de estiagem, que não precisaria tirar do
220 manancial principal, correto? Essa informação chega pra nós e a minha manifestação é de
221 que, em cima do Gravataí nós também temos um problema, que talvez tenha que ver
222 melhor, investigar, conversar, a superintendência e vocês. Tu tem um nível, tu tem uma
223 quantidade de água lá manancial, mas às vezes, em função da turbidez e outros problemas,
224 tu tenha que captar, não estou defendendo, mas é um problema que acontece no Gravataí
225 e a gente está trazendo aqui. Talvez essa água esteja melhor, com melhor qualidade, então
226 o tratamento é melhor, tu gasta menos produtos químicos, tem menos problemas lá na ETA
227 e tu consegue abastecer melhor. Então pode ser uma situação dessas, que daí a companhia
228 vai lá e retira desse manancial. Não sei se isso é primordial de nós votarmos agora ou trazer
229 e esclarecer melhor essa situação e aí ver com a superintendência. Não vai dar pra colocar
230 a coisa como o colega diz, de um nível, mas para no próximo ano colocar um nível lá pra se
231 ter on line. No saneamento hoje é algo bem simples, claro tem o custo de licitação, todos
232 aqueles problemas, mas pode ser embutido pra resolvermos esse problema da região.
233 Então, é mais também uma posição e talvez um encaminhamento dessa questão. **Paulo**
234 **Germano:** Eu só queria esclarecer que os níveis onde nós temos obrigação nas resoluções
235 estão on line. Não dá pra ver todos aí, mas é só entrar na internet da Corsan, clicar em nível
236 do manancial e lá está o Gravataí, Santa Maria e o Sinos, todos on line. **Presidente Luiz**
237 **Fernando Carvalho Perelló:** Nos temos essa proposta de encaminhamento do Paulo e o
238 que precisa ser levado em conta, eu trabalho bastante com geração de informação, e o que
239 precisa ser avaliado é até que ponto essa informação diária, ela tem uma importância
240 substancial nas tomadas de decisão, porque senão e gente gera um esforço desnecessário
241 pra produzir a informação, quando na verdade ela pouco vai acrescentar. Eu estou aqui só
242 ponderando essa questão da necessidade. Possivelmente a comunidade lá e o comitê já
243 deve ter feito essa avaliação, tanto que está insistindo com a informação diária. Temos uma
244 proposta de encaminhamento do Paulo que é jogar essa discussão pra próxima reunião e aí
245 então a gente esclarecer, porque parece que tem duas posições antagônicas, a Corsan local
246 e a superintendência. Assim fica difícil encaminhar ou forçar uma votação nesse sentido,
247 porque primeiro tem que resolver em casa o problema e, segundo o Paulo coloca, existem
248 outras questões que determinam a captação, pelo que eu estou entendendo, num
249 determinado local e momento, por conta de aspectos físicos, tais como turbidez e coisas
250 desse tipo. Colocamos em votação a sugestão que se traga esse tema na próxima reunião,
251 com mais conteúdo para que os conselheiros possam decidir e aí a Corsan precisa trazer
252 mais elementos também, mas principalmente esclarecer essas duas posições. Tem a
253 questão local lá, que se diz inclusive segundo o comitê, já está informando diariamente, aí
254 me parece que esse problema estaria num primeiro momento resolvido, então não tem por
255 que. E outra é a própria necessidade, eu só chamo atenção nisso, às vezes a gente gera um
256 gasto desnecessário com geração de uma informação, e se for de três em três dias ou
257 semanal, não muda muito. Outra questão é o que também precisa ser avaliada é, me parece
258 que temos um período que é nitidamente crítico, que seria um período que vai de outubro a
259 fevereiro. Bom, quem sabe as informações nesse período do ano pudessem ter um
260 espaçamento menor e nos demais não. Então acho que tem muito espaço de manobra, mas
261 antes poderia esclarecer essa questão das duas posições, da Corsan local e da
262 superintendência. Colocamos em votação quem aprova esse encaminhamento. Aprovado
263 por unanimidade. **Item 03 – Indicação do Secretário Executivo do Fundo de**
264 **Investimento em Recursos Hídricos/RS: Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:**
265 Estamos num processo de qualificação de um modo geral e aprimoramento de vários



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

266 setores da SEMA, apesar das dificuldades que temos, que os senhores sabem, de
267 funcionários, enfim. Dentro dessa proposta tem um olhar diferenciado para os conselhos. Já
268 estamos trabalhando no Consema pra fazer algumas alterações também, que tornem o
269 conselho mais ágil e que possa de fato ajudar na discussão das questões da gestão
270 ambiental no Estado. Com relação aos recursos hídricos, a gente sabe das dificuldades que
271 temos no andamento das questões do fundo. Pra isso nós convidamos pra ocupar a
272 secretaria do fundo o Macagnan, que alguns dos senhores já conhecem. Eu gostaria que ele
273 brevemente se apresentasse, ressaltando que ele vai conduzir daqui pra frente as questões
274 de cunho administrativo e financeiro do fundo. **Roberto Macagnan:** Boa tarde a todos. Eu
275 estou atuando na Secretaria de Meio Ambiente há pouco tempo, mas no sistema ambiental
276 mais tempo, a partir de atividades que desenvolvi na Fepam. Sou formado em
277 Cooperativismo e Administração de Empresas e tenho Mestrado em Economia. Atuei
278 durante vinte e cinco anos como professor na Unijuí, me demiti pra vir dar uma contribuição
279 aqui no Estado, nos órgãos ambientais. Se tiverem alguma questão, alguma dúvida sobre a
280 minha formação, estou a disposição do Conselho. O Conselho é que tem o papel de fazer a
281 gestão dos recursos hídricos do Estado e o fundo é um instrumento estratégico e
282 fundamental para que se consiga fazer essa gestão. **Paulo Robinson Samuel:** Quero dar
283 as boas vindas em nome do comitê Gravataí, demais colegas do sistema e dos
284 conselheiros, ao Macagnan, um excelente currículo acadêmico, professor, que seja bem-
285 vindo! Quero deixar um desafio pro senhor, o comitê Gravataí está com um processo há
286 mais de quatro anos, da mais do que uma tese de doutorado aí. Então gostaria que o nosso
287 convênio de manutenção fosse tirado das prateleiras aqui da Sema, do DRH. Eu gostaria de
288 mais uma vez enfatizar o trabalho e o apoio da ABES, a qual eu represento no comitê
289 Gravataí, que nesses quatro anos e meio que estou na frente do comitê, como presidente,
290 tem me bancado. Então eu acho que não é justo pra nossa associação; nós somos
291 parceiros do sistema, fizemos os elogios quando tem que ser feito, colaboramos e fizemos
292 as críticas quando tem que ser feito. Então Macagnan, gostaria de deixar esse desafio,
293 como ex professor universitário, de tirar essa tese aí de dentro e com certeza dá mais teses
294 dentro da nossa função acadêmica e também a universidade que tem sempre me liberado
295 nas minhas andanças. **Roberto Macagnan:** O fundo tem uma das funções que é contribuir
296 pra manutenção dos comitês e eu penso que ele deva ser utilizado de uma forma ágil. Mas
297 nós também temos que saber que esse é um desafio conjunto, nosso e dos comitês.
298 Estamos lidando com recursos públicos e temos que trabalhar dentro da processualidade e
299 da legislação, de forma que a gente consiga de fato dar conta desses desafios, que não são
300 fáceis de resolver. Como não tínhamos, no período recente secretário executivo, isso criou
301 algumas dificuldades maiores pra viabilizar esses repasses. Então, fica aqui o meu
302 compromisso de que eu vou tentar o máximo possível, encaminhar de forma que os comitês
303 tenham de fato os seus instrumentos de sustentação e o fundo contribua pra isso. Porque os
304 comitês têm um papel estratégico no sistema e o fundo ele é, para investimentos sim, ele é
305 importante para os investimentos, mas também eles devem contribuir para a manutenção
306 dos comitês, pelo papel que eles têm. **Mário Rangel:** Gostaria de novamente manifestar
307 minhas boas vindas ao Secretário, que é uma pedida já muito antiga, sou presidente da
308 CTPA e nós temos um problema muito sério que é a questão da execução desse fundo.
309 Temos secretarias envolvidas e muitas vezes há um descompasso entre o que é arrecadado
310 pelo fundo e o que é realmente executado. Então parabênizo a Secretaria e agora que
311 temos um secretário. É toda aquela política que envolve, porque não é só números, não é
312 só cifras, é a questão política de saber resolver, de saber ver qual é o melhor caminho pra
313 se chegar à execução do orçamento. Então saúdo a sua chega e que tenha um bom
314 trabalho. **Júlio Salecker:** seja bem vindo secretário, há tempo estamos esperando isso, eu
315 também faço parte da CTPA e como representante dos geradores de energia; a princípio
316 quem aporta dinheiro ao fundo são os geradores de energia, das grandes hidrelétricas,
317 desejo muita vontade, muita disposição, a briga é bonita e tem certas regras. Tem uma
318 resolução que define o quanto deve ir pra cada secretaria, que não vem sendo cumprida e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

319 tem sido uma das nossas colocações é que justamente não é porque alguém está fazendo
320 algo errado ou não, mas é porque daqui um pouco té faltava gestão em cima disso. Então
321 quero desejar que tenha muita força, sabedoria e beleza pra que consiga puxar esse
322 carrinho. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** colocou em aprovação a indicação
323 do Sr. Roberto Macagnan para Secretário do FRH. Aprovado por todos. O tempo joga contra
324 a gente, mas vocês podem ter certeza que a vontade nossa de acertar é muito grande, ela é
325 enorme. Mas estamos dentro de uma estrutura de Estado e que existem todas as
326 implicações por conta disso. Também é importante os senhores saberem é que a relação da
327 Secretaria de Meio Ambiente, hoje com o centro de Governo, é uma relação extremamente
328 boa e estamos ultimamente extremamente valorizados. Nós temos vários encaminhamentos
329 e temos ouvido muito sim; haja visto que uma das principais reivindicações do corpo
330 funcional da Secretaria, era com relação a correção de uma defasagem salarial que era
331 espantosa. Esse pedido foi feito ao Governador há quarenta dias, mais ou menos, e a
332 maneira como se colocou pra ele, com clareza, transparência, dizendo da dificuldade de
333 conduzir qualquer coisa dentro da Secretaria, com funcionários desmotivados, recebendo o
334 que recebiam e em quarenta e oito horas nós tivemos a aprovação de um adicional de
335 sessenta por cento para os funcionários. Vocês não imaginam como isso repercutiu aqui
336 dentro, mudou a cara da Secretaria. Hoje estamos muito motivados por conta disso e é isso,
337 a vontade de acertar é muito grande. Estamos materializando essas coisas, como eu disse o
338 tempo joga contra, mas vamos lá. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva: Item 04 –**
339 **Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos –**
340 **FRH/RS – Exercício 2014: Diretor Marco Mendonça:** Boa tarde a todos. Na última sessão
341 da CTPA, nós discutimos a partir do valor que a Secretaria de Planejamento nos indicou
342 como teto de 2014, quais seriam os investimentos que se fariam. Os senhores podem
343 perceber que, afora algumas questões de natureza legal, que são as publicidades do CRH,
344 PIS/PASEP e tal, a maior parte dos valores são relativos a investimentos em planos de
345 bacia. Nós temos valores residuais a serem pagos de contratos que estão sendo feitos
346 neste ano, que é o caso do Sinos, Guaíba, Caí, Tramandaí, Baixo Jacuí, Camaquã, Santa
347 Maria e o Apuaê-Inhandava. Depois tem a questão da instalação e manutenção da rede de
348 monitoramento, isso faz parte de um acordo com a Agência Nacional de Águas, que vai nos
349 doar trinta e oito estações telemétricas de monitoramento. Essas estações vão ser
350 instalados prioritariamente em áreas onde ocorrem eventos extremos aqui no Estado, onde
351 a resposta é muito rápida e é preciso ter uma informação também gerada rapidamente. Nós
352 vamos ganhar as estações, mas a instalação ficará por nossa conta. Aqui tem o item
353 instalação e manutenção das rede de monitoramento. A sala de situação faz parte desse
354 acordo com a ANA, recebemos equipamentos da ANA, que estão instalados aqui no décimo
355 quarto andar, até se alguém quiser fazer uma visita posteriormente. A ideia da sala de
356 situação é, fornecer não informações meteorológicas, porque pra isso tem vários órgãos,
357 tanto do Estado, como particulares; mas informações pra usar a intensidade de eventos, que
358 a gente informa a Defesa Civil previamente e precisamos também monitorar esses eventos,
359 porque a idéia é que essa sala de situação nos auxilie a tomar medidas antecipadamente
360 com relação a chegada de eventos extremos, chuvas intensas, mas também vai servir para
361 estiagens. Essa rede vai ser necessária para fazer esses levantamentos em algumas bacias
362 onde a resposta é muito rápida. Quanto ao sistema de informações, nós estamos concluindo
363 o termo de referência pra contratação, é uma necessidade prevista em lei, que é um dos
364 instrumentos de gestão de recursos hídricos, que passa pra além da questão de
365 simplesmente informatizar a outorga. Os senhores sabem que a outorga hoje é
366 eminentemente, nós usamos o termo cartorial, porque ela não tem incorporado um sistema
367 de informação que me diga exatamente, ou próximo, qual é a real disponibilidade de água
368 naquele curso d'água. Então é preciso ter um sistema de informação que me dê esse
369 suporte, ele vai pra além da outorga, mas é uma das principais necessidades hoje. Os
370 convênios de manutenção dos comitês, que a gente colocou aquele valor, eu quero deixar
371 claro que a partir daquele teto que a SEPLAG nos colocou, nós vamos buscar e isso o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

372 Macagnam vai nos ajudar. A gente quer gastar isso aqui e mais um pouco. A partir do que a
373 gente conseguir executar se pode buscar suplementações. Então se colocou a maior parte
374 de recursos em planos de bacia e também nos convênios de manutenção dos comitês, que
375 também são prioridade. Esse convênio com o IPH, nós estamos discutindo, os senhores
376 sabem que vamos ter concurso público pra SEMA, agora no segundo semestre. Pro DRH
377 deve ingressar cinquenta novos servidores, são quarenta e dois técnicos e o restante são
378 administrativos. Esses técnicos vão ocupar funções existentes na DIPLA pra
379 acompanhamento de plano de bacia e pra Outorga, mas também vão atender no interior. A
380 nossa intenção é dispor de dois técnicos do DRH em cada balcão de licenciamento hoje
381 existentes no interior, que é nos municípios de Tramandaí, Santa Cruz, Caxias do Sul,
382 Passo Fundo, Santa Rosa, Santa Maria, Alegrete e Pelotas. Então, estamos fechando um
383 convênio de capacitação pra esses técnicos. A proposta do IPH é fazer um curso de
384 extensão de Gestão de Recursos Hídricos direcionado aos servidores do DRH. A idéia é
385 com o ingresso desses servidores novos eles já possam fazer esse curso, que vai ter vários
386 módulos, pra ajudar na capacitação dos servidores. Despesas correntes desse valor total
387 são as despesas principalmente com convênios e contratação de consultoria. E as despesas
388 de capital são relativas a aquisições. Tem alguns comitês que estão com necessidades de
389 aquisições. Só para o pessoal entender, é preciso fazer agora essa diferenciação quando se
390 vai comprar equipamento, ou algo do gênero, tem que se diferenciar, porque senão depois
391 orçamentariamente tem que fazer uma modificação. Nós adequamos, as nossas
392 necessidade são bem maiores do que essas, mas em função dessa limitação orçamentária
393 que está colocada, nós adequamos o que foi possível encaixar nesse teto, mas é um teto
394 muito baixo, a gente precisa passar desse teto. A nossa intenção é que a gente consiga
395 executar esses valores e buscar mais recursos do fundo para nós, porque tem mais planos
396 de bacia que precisam ser continuados e outros investimentos que são necessários. Então
397 essa é a proposta que a gente fez pra se adequar ao que a SEPLAG nos passou.
398 **Secretária Executiva Carmem Silva:** Marco, na última reunião da CTPA ficou acordado
399 que a gente ia colocar todos os projetos, tu esqueceste disso, só que o sistema não aceita
400 e teve que ser no teto que a SEPLAG nos passou. Eu acredito que todas as Secretarias
401 devem ter feito isso. **Tânia Zoppas:** eu gostaria de conversar com o Marco um pouco sobre
402 essa questão dos convênios. O Caí é um que já está encaminhando o novo plano de
403 trabalho, pelo novo valor de cem mil reais. Ao meu ver, naquele valor ali estariam somente
404 dez comitês com a possibilidade de já fazer um convênio com esse novo valor. Essa
405 questão que tu levantou, que pode ser buscado mais recursos, como é que nós
406 ficamos...(inaudível)? Espera que mais de dez por cento vão conseguir? **Diretor Marco**
407 **Mendonça:** Dos vinte e cinco comitês que nós temos, metade mais ou menos hoje tem
408 convênios e boa parte deles é de valores antigos, de cinquenta mil. O ideal pra nós seria
409 reservar dois milhões e meio pra garantir cem mil para todos, mas isso parece pouco
410 provável. Geralmente pra ti ter, vamos dizer assim, argumentos pra pedir suplementação
411 tem que estar com grau de execução alto e o nosso tem sido baixo como o de outras
412 Secretarias. Não é nossa intenção, de forma alguma, estacionar em dez convênios, mas se
413 nós tivéssemos uma reserva de dois milhões e meio, correríamos o risco muito grande de
414 ter que cortar de outros planos, de outros projetos e não buscar. A gente quer, não é bater
415 no teto de um milhão e parar, a gente quer superar, mas tem muitos convênios hoje que são
416 nesse valor de cinquenta mil. Pela interpretação que a CAGE fez, seria possível fazer uma
417 rescisão amigável desses convênios, vamos chamar assim, e já se adequar ao novo valor,
418 pra aqueles que necessitarem. O comitê não é obrigado a aumentar o seu valor, quem
419 quiser fazer essa adequação ao plano de trabalho, não há problema. Por exemplo, hoje até
420 julho, nós tínhamos só quatrocentos mil reais liberados de convênios, nossa intenção é
421 ultrapassar em muito esse valor. **Tânia Zoppas:** Porque quando o comitê Caí procurou
422 orientação no setor de convênios da SEMA, no início do ano, foi sugerido que
423 solicitássemos o cancelamento desse valor de cinquenta mil e já partisse pra um novo.
424 Então acho que se todos os outros comitês vão receber essa mesma recomendação, a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

425 maioria vai querer encerrar o de cinquenta mil e buscar um novo valor. **Diretor Marco**
426 **Mendonça:** Eu acho que é possível fazer isso, eu só queria atentar pra uma questão. Nós
427 tivemos problemas com alguns comitês porque enquanto eu rescindo um convênio e abro o
428 seguinte, nesse intervalo eu não tenho como cobrir despesas do comitê, não tem como abrir
429 um novo e pagar as despesas anteriores. Só para o pessoal atentar, até aprovar um novo,
430 não dá pra prender a respiração, mas a gente vai ter que ver uma forma de resolver isso.
431 Nesse sentido, além da chegada do Macagnam, nós tivemos a liberação de três
432 administradores, que estão vindo pra SEMA, foi mudado também o Diretor Administrativo
433 recentemente e tem mais um assessor superior da área administrativa que está vindo. Então
434 a gente vai ter um reforço muito grande aqui dentro na parte administrativa da SEMA, o que
435 tende a resolver esses problemas de atraso que temos hoje. Quem quiser modificar o seu
436 convênio, a gente tem que pensar numa metodologia pra não espaçar demais entre o tempo
437 da rescisão e a abertura do próximo, porque é impossível legalmente ressarcir as despesas
438 do comitê nesse período. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** eu informalmente
439 conversando com a Lourdes, do Departamento Financeiro da SEMA, ela me disse que não
440 é a favor de rescindir o antigo, ela acha que pode dar problema e vocês ficarem descobertos
441 por muito tempo. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Acho que já podia dar uma
442 encaminhada nessa informação, ao jurídico, para na próxima reunião tentar trazer alguma
443 coisa. **Gilmar Carabajal:** Boa tarde a todos. Vou passar o orçamento do Departamento de
444 Irrigação da Secretaria de Obras, do Departamento Desenvolvimento Urbano, também
445 dentro da SOP. No ano de 2013 nós fizemos o PIUMA, Plano de Irrigação e Usos Múltiplos
446 da Água, no contexto do Estado do Rio Grande do Sul e agora foi feito um convênio junto
447 com o Ministério da Integração Nacional. Agora nós temos que fazer a apresentação e
448 execução de alguns TIUMAS, que são os Territórios de Irrigação. A Bacia do Santa Maria foi
449 o segundo que foi implantado, no Gravataí está sendo implantado e está sendo feita uma
450 previsão para implantar outros, em outros comitês de bacia. Dentro do nosso projeto tem um
451 valor referente à implantação desses programas. Além disso, dentro do Departamento de
452 Irrigação, nós temos, casualmente hoje pela manhã quando eu escutava o Bom Dia Rio
453 Grande, o Governador esteve em Brasília e fez um anúncio referente às obras das
454 barragens que estão com previsão de sair. Desde o início do governo nós estávamos
455 fazendo tratativas para execução disso. Nós temos hoje duas barragens sendo executadas
456 na Bacia do Santa Maria, a Barragem do Taquarembó e a do Jaguari, que agora nós
457 conseguimos fechar um convênio pra conclusão delas. E tem mais quatro obras que temos
458 em Desenvolvimento dentro do Ministério da Integração. Inicialmente nós tínhamos esse
459 recurso da contra partida do Estado, ele era todo bancado pelo Fundo, no montante de vinte
460 por cento. Com tratativas com o Ministério da Integração nós conseguimos reduzir o valor
461 para um por cento. Então no item 5442, são quatro barragens, a barragem do Passo da
462 Serraria, que fica na Bacia do Santa Maria, na divisa de Bagé com Dom Pedrito. Tem uma
463 barragem do Rio Soturno, que fica em Nova Palma, Faxinal do Soturno. A barragem Santa
464 Bárbara nós vamos retirar ela da relação, porque ela tem problema ambiental, que nós não
465 conseguimos, foi constatado pela FEPAM que existe uma área de preservação. Tem a
466 barragem dos Trancados, que fica em Sarandi e a barragem São Sepé que fica no Rio São
467 Sepé. Essa duas barragens, São Sepé e Passo da Serraria, hoje nós conseguimos o retorno
468 e está sendo aprovado pelo Ministério da Integração. O montante dessas duas barragens é
469 em torno de oitocentos milhões que vai ser investido pelo Ministério da Integração e nós
470 temos que entrar com o valor da contra partida que é de um por cento. Então, esses valores
471 que foram fornecidos em relação às barragens seriam para fazer contra partida pra isso aí.
472 Além disso aí, dentro do Departamento nós temos outros serviços; a parte de
473 desassoreamento e macro drenagem, os diques de contenção, rede de abastecimento
474 d'água e a conclusão dos dois canais das barragens Jaguari e Taquarembó, que também
475 ficam na Bacia do Santa Maria. Nosso orçamento que foi colocado era de quatorze milhões,
476 onze mil, setecentos e dezesseis reais. Quanto a não se aplicar o percentual definido, é que
477 esse valor eu tinha definido, pela SEPLAG, para cada uma das Secretarias. É o valor que foi



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

478 fornecido para nós. **Paulo Robinson da Silva Samuel:** Só um esclarecimento, lá no item
479 despesas com capital aparece o valor de cento e cinquenta mil. Gostaria que explicasse,
480 porque despesa de capital é despesa com dinheiro. **Gilmar Carabajal:** Dentro do sistema
481 do FPE existem códigos e no caso o código 04 seria despesa de capital, pra quem será
482 aplicado esse recurso? Esse recurso vai ser aplicado como contra partida para o
483 investimento do recurso que vai vir da União. Todos esses recursos que nós temos aí, esse
484 cinquenta mil e cinquenta é referente a um por cento do valor. Estamos recebendo cem
485 milhões da União e entrando com um recurso de um milhão de contra partida. Esses seriam
486 os valores referentes as despesas que nós temos. Estamos recebendo em obras. Hoje
487 temos quatro novas obras, a barragens Passo da Serraria e a São Sepé está sendo
488 aprovado oitocentos e sessenta milhões. Hoje o Governador está em Brasília, recebi hoje
489 pela manhã do técnico do Ministério que estava saindo uma nota técnica de lá, informando
490 que estava sendo liberado recurso pra nós dessas duas barragens. E temos mais duas
491 outras barragens, a do Trancado e de Soturno, além dos outros canais e a conclusão da
492 obra. O Montante que nós temos para mobilizar, que é os convênios com o Ministério da
493 Agricultura, é um bilhão e quatrocentos milhões de reais, aí nós temos que arcar com
494 recurso da contra partida de um por cento. Hoje dariam cem milhões de lá, o restante já está
495 previsto em cada um dos orçamentos, a rubrica para os valores. **Paulo Robinson da Silva**
496 **Samuel:** Entendi, então é contra partida de valores de convênios com a União. Por isso a
497 minha dúvida e eu pedi esclarecimento, porque no conceito de contabilidade, despesa de
498 capital é outra coisa. É bom explicar, porque nós não estamos familiarizados com as
499 nomenclaturas da Fazenda, obrigado. **Júlio Salecker:** Talvez muitos ainda não tenham tido
500 acesso a informação, o que a SEPLAG fez pro ano que vem, já colocou "X" milhões pra
501 cada Secretaria, ela considerou um total de trinta e quatro milhões. Se ela tivesse cumprido
502 a resolução que está em vigor pra uso do dinheiro do fundo de recursos hídricos, teria que
503 ter destinado cinquenta e cinco por cento pra SEMA. Isso está na resolução e não está
504 cumprindo, consta aqui que a SEMA tem oito milhões. Então de trinta e quatro, vamos dizer,
505 dezoito, dezenove milhões deveriam ser da SEMA. Então nós já estamos com um erro legal
506 aí. Ou se mexe na resolução ou vamos cumprir ela. Por mais que a SEPLAG "mande nisso",
507 é um fundo federal, que tem regras próprias. **Roberto Macagnan:** eu acho que temos dois
508 movimentos importantes aqui que temos fazer em relação a esses recursos pra despesa de
509 capital. Sabemos que boa parte deles não vão ser utilizados, já tem barragem aí que não
510 conseguiu licença, eles estão reservados pra uso, pra esse fim. Um movimento importante
511 que devemos fazer é o acompanhamento da execução entre SEMA, FRH e as Secretaria
512 que utilizam esse recurso do fundo como contra partida, e aqueles recursos que não foram
513 utilizados no processo, que a gente tenha condições de realocá-los pra uso de manutenção
514 dos comitês por exemplo, de despesa corrente, isso é possível, desde que a gente tenha
515 esse acompanhamento e negocie. Depois sim é com a Fazenda, não é mais como
516 Planejamento, porque o Planejamento planeja, a execução é outra coisa. Nosso desafio é
517 executar cem por cento do fundo e a gente vê que este fundo está muito pouco, mas a
518 maior parte que a gente executa é despesa corrente. O problema é despesa de capital. E
519 outro movimento que nós temos que fazer também é discutir com o Planejamento o uso
520 desse recurso e com as Secretarias envolvidas, pra que a gente de fato debata o uso do
521 fundo entre os entes do estado envolvidos. Uma parte pra investimentos necessários e outra
522 parte pras despesas correntes. Eu acho que esses movimentos de articulação política nós
523 podemos e devemos fazer. **Gilmar Carabajal:** o orçamento que é feito pra nós, que
524 aconteceu nesse ano, tínhamos quarenta milhões e desse recurso só foi liberado dezoito
525 milhões. O que é feito aqui no orçamento não é o que corresponde ao que nós utilizamos
526 durante o exercício legal. No orçamento do ano passado eu tinha vinte e um milhões, pras
527 obras, que nós não conseguimos fazer obras, até por questões de orçamento, e foi liberado
528 pela Fazenda uma cota de oito milhões e meio de reais. Não lembro bem, mas acho que pra
529 SEMA foi liberado seis milhões e meio, dois milhões pra SDR e pra SEHABS também dois
530 mil milhões e os orçamentos deles todos eram acima de cinco milhões, quatro milhões e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

531 pouco. O planejamento que a gente tem é bem diferente do que é executado, não às vezes
532 por causa das secretarias e sim porque quando pegam as solicitações de recursos
533 orçamentários, pra fazer as liberações das SROs dos recursos, a Fazenda acaba não
534 liberando pra nós. Ela libera uma cota, e dentro dessa cota a gente tem que trabalhar com
535 projeto que a gente tem. O que a gente coloca aqui não é a realidade do que a gente
536 consegue executar. **Margareth Vasata:** na verdade a execução orçamentária ela é bem
537 complicada. A minha experiência na casa não é a orçamentária, eu não trabalho com isso,
538 eu trabalho com financiamento e por isso que eu posso dizer, via de regra, que o
539 planejamento que as secretarias fazem é muito otimista. A secretaria planeja fazer três
540 barramentos em tais e tais locais e otimisticamente vai gastar cinquenta milhões de reais.
541 Na prática ela não consegue executar os cinquenta milhões, é ou não é? Tem, vamos dizer
542 assim, um controle da Secretaria da Fazenda na liberação de SROs, porque eles ficam
543 controlando um dinheiro que é escasso. Mas via de regra, quando também tem o dinheiro,
544 não se consegue executar o que foi planejado. Então não é uma conta tão simples assim. O
545 planejamento nesse momento está fazendo o orçamento pro ano que vem, chama cada
546 secretaria, sentam juntos, existe uma limitação, que é de receita, uma receita que é
547 estimada também, depois a receita também não acontece. Então eu quero dizer o seguinte:
548 tudo isso aqui, está previsto aqui. Um por cento, melhor recurso que esse não existe. Um
549 recurso que vem noventa e nove por cento a fundo perdido e tu só entra com um por cento,
550 é um recurso excelente. Mas o que acontece, tu está prevendo que vai executar tudo isso
551 aqui no ano que vem, cem por cento dos canais da irrigação, mas não vai executar cem por
552 cento! Vai começar a obra, que vai começar a pagar no ano que vem e que vai concluir no
553 outro ano, sei lá quando, tudo dependendo do prazo. Então tem tudo isso nessa questão do
554 planejamento, só pra deixar bem claro isso. Como o Macagnan colocou muito bem, a
555 execução orçamentária é baixíssima. A média histórica de execução, fazendo a média de
556 todos os anos, não chega a cinquenta por cento. Exemplo: tu põe no orçamento para gastar
557 cinquenta milhões e efetivamente tu gasta vinte e cinco milhões e não é só porque a
558 Fazenda segura, tem “n” fatores pelos quais não se executa um orçamento, são muitos: é o
559 convênio que não se assina, a licitação que demora, ela entra com recurso, a burocracia do
560 Estado é gigantesca, é complicadíssimo. Eu quero dizer o seguinte: a questão dos
561 cinquenta e cinco por cento, eu acredito que possa ser conversado com a SEPLAG, eu
562 imagino que a SEPLAG não sabe que tem que deixar cinquenta e cinco por cento pra
563 SEMA, que o CRH entendeu que é a melhor destinação. Bom, então vamos rever. Mas de
564 repente aqui a SOP consegue gastar melhor o recurso nos barramentos, enfim. É uma
565 decisão que tem que ser tomada, mas se pode alocar cinquenta e cinco por cento dos
566 trinta.....(inaudível) mas as Secretarias tem condições de gastar todos esses recursos.
567 **Daniel Schmitz:** A pergunta é a seguinte: as Secretarias tem onde gastar isso? **Margareth**
568 **Vasata:** exato, então é melhor que seja aplicado aqui. Eu só queria dizer que não é tão
569 simples assim, não é uma conta fácil de ser feita. **Presidente Luiz Fernando Carvalho**
570 **Perelló:** Se existe uma resolução determinando os percentuais, a gente deve perseguir isso.
571 E aí constatando que não há capacidade, em função desses vários fatores aí, não há
572 capacidade de execução física, e que não há mesmo muitas vezes, por questão operacional
573 mesmo. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Eu gostaria de lembrar aos
574 conselheiros que estavam aqui em 2011, que houve problema com cortes. Não sei se a
575 Margareth Vasata lembra, na época nós chamamos o José Maia, Diretor de Orçamento da
576 Seplag, e questionamos ele, porque a CTPA construiu com os comitês o orçamento para o
577 ano seguinte, nós aprovamos e fomos até chamados de precipitados. Foi publicada a
578 resolução, acho que foi aprovada em junho, o orçamento sofreu cortes e tivemos que
579 adaptar e trabalhar em cima do corte. O que aconteceu aí? O José Maia disse que ele não
580 tinha conhecimento, que aquela resolução deveria ter sido encaminhada pra SEPLAG. Na
581 época o Fabrício era Diretor Administrativo da SEMA e se responsabilizou, dizendo que
582 cometeu um equívoco, aqui também não se sabia. A gente acha que todo mundo lê o Diário
583 Oficial todos os dias. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Precisamos aprimorar



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

584 essa comunicação aí, isso vai ser papel do Macagnan. **Daniel Schmitz:** com relação ao
585 Fundo de Recursos Hídricos, pra que, está mais tempo participando dos processos das
586 reuniões, esse assunto ele se desenrola, se debate a todo tempo que eu conheço e
587 participo do CRH, não sei quantos anos são. Esse fundo é originário da geração de energia,
588 um recurso federal destinado diretamente numa conta do Banco do Brasil, que vai depois
589 para uma conta no Bannisul, e depois fica lá chamado de passivo. O problema de ser
590 passivo ou ativo é mais de tomada de decisão. E quando nós temos um recurso que está lá,
591 que tivemos contato dele sessenta milhões de reais parados, guardados ou não utilizados,
592 torna sempre esse assunto um assunto que volta a mesa de discussão e aqui, que na lei diz
593 que no Órgão Superior do Sistema que faz-se a destinação dos Recursos do fundo de
594 Recursos Hídricos. É aqui que se delibera sobre aonde, quanto, quando e pra cá que
595 retornem as resposta, como gastou, em que gastou, porque gastou e se está bem isso. Em
596 2009-2010 se decidiu aqui, isso já vão fazer quatro anos, de que o Sistema de Recursos
597 Hídricos do Rio Grande do Sul, que ano que vem vai fazer vinte anos, precisava ser
598 implementado e continua precisando ser implementado. Pra implementar o Sistema de
599 Recursos Hídricos, formar Agência, ter planejamento de bacia, sistema de monitoramento,
600 outorga funcionando, sistema adequado pra ter respostas do assunto que era, já naquela
601 época estratégico e, hoje cada vez mais ele é estratégico como desenvolvimento, que está
602 no discurso de todo mundo. Essa temática tem que ser levada pra sua implementação. Lá
603 há quatro anos atrás, se estabeleceu que os recursos do FRH deveriam ser direcionados
604 preferencialmente pra que o Sistema de Recursos Hídricos fosse desenvolvido, fosse
605 colocado em prática, pra que se tivessem os usos múltiplos atendidos, se tivesse o
606 conhecimento e o domínio do planejamento das unidades de planejamento oficial do estado
607 do Rio Grande do Sul, que são as vinte e cinco bacias hidrográficas. Essa deliberação de
608 cinquenta e cinco por cento e os outros percentuais, que nem lembro de cabeça quais são,
609 era com este objetivo, continua sendo com este objetivo e quem deliberou é o CRH, que
610 definiu numa resolução sobre isso, publicou no Diário Oficial e ela continua valendo. O
611 sistema não se implantou ainda e ainda precisa de recursos para que isso se implante.
612 Então eu não entendo que esse processo tenha mudado de construção; ele continua com o
613 mesmo processo de construção e nós precisamos colocar foco. Se a Fazenda, se o
614 Planejamento tem uma visão, que talvez não seja essa, tem que botar esse esclarecimento
615 no processo. Eu só não concordo que o CRH tome decisões em cima de uma coisa que ele
616 já decidiu diferente; a menos que esse conselho que é órgão superior, pare e diga: não, nós
617 não precisamos implantar sistema, nós vamos gastar dinheiro pra dar estrutura pra aqui, pra
618 lá, pra lá, o deixa o sistema engatinhando e nós temos dez por cento pra isso. É decisão
619 daqui, decide, assume esse compromisso, publica e bota novamente a executar, enquanto
620 isso tem uma resolução que está em vigor. Eu gostaria que fosse atendido ao que está
621 escrito pelo Conselho, que são os percentuais que devem ser obedecidos. Em muitos
622 momentos esses recursos foram totalmente desviados, quando a tesoura pega nos gastos,
623 ela não pega com a mesma eficiência, a gente sabe e acompanha isso. A tesoura é mais
624 afiada em determinadas secretarias, em determinadas rubricas, em outras ele é um pouco
625 mais branda, até umas ganham reforço em determinados momentos e esse processo não é
626 um processo legal e tem que ser revisto um pouquinho isso. **Mário Rangel:** nós tivemos a
627 última reunião pra avaliação dos projetos destinados ao FRH e naquela oportunidade
628 somente a SEMA apresentou seu orçamento pra 2014. As outras Secretarias enviaram
629 esses orçamentos agora, temos aqui alguma coisa. A primeira instância pra avaliação dos
630 projetos, a pertinência delas, para o investimento destinado ao fortalecimento do Sistema de
631 Recursos Hídricos do Estado, tem que passar pela Câmara Técnica e não aconteceu isso.
632 Veio direto pro CRH, pra ser decidido votado. Enquanto presidente da CTPA eu acho que foi
633 de uma certa forma associado o direito dos componentes da CTPA de estudar, ver o que
634 está acontecendo, pra que serve, o que está sendo feito com esses valores e o que vai ser
635 destinado para o fortalecimento do Sistema de Recursos Hídricos. Eu tenho aqui em mãos e
636 resolução 44/2008, que destina cinquenta e cinco por cento dos recursos do FRH para a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

637 SEMA, por quê? Por que ela faz toda a manutenção dos comitês, ações de fortalecimento
638 do sistema, implanta os Planos de Bacia, redes de monitoramento e outros programas que
639 vem contribuir com o sistema. Então eu reforço o que o Daniel falou, ou a gente segue o que
640 está colocado nesta resolução que está em vigor, sim, ou então se muda tudo. O que não
641 pode, nada contra as obras feitas pelas outras secretarias, eu acho que todas elas tem o
642 seu papel, mas tem coisas que são pontuais, que não vão fortalecer o sistema. Isso aí a
643 gente tinha que ter avaliado com os membros da CTPA e ver qual o destino a ser colocado.
644 Porque muitas das obras elas podem sim ser tiradas de outras rubricas, não existe só o FRH
645 e esse fundo vem carimbado pra utilização e fortalecimento do Sistema de Recursos
646 Hídricos e é o que não está acontecendo há quantos anos? Então a gente vai vendo isso,
647 tipo uma caça ao tesouro, cada secretaria vai lá, pega o seu recurso, faz as suas obras,
648 enfim vai fazendo como dá. Enquanto presidente da CTPA, eu me sinto numa situação
649 delicada de não ter analisado junto com os meus pares esses orçamentos. **Secretária**
650 **Executiva Adjunta Carmem Silva:** Mário, foram enviadas as prestações de contas à
651 CTPA, só faltou a da SDR, a SOP mandou naquele dia. Hoje a SDR trouxe em mãos e
652 podemos encaminhar o que eles nos trouxeram pra CTPA, pra ser examinado. **Mário**
653 **Rangel:** Mas isso que eu quero dizer, a CTPA não teve acesso a essa documentação, ela
654 teve acesso a alguns dados, não todos, a gente não pode avaliar as coisas de uma maneira
655 compartimentada, nós temos que pegar todo orçamento, todas as propostas, ver o que é e
656 analisar o que é mais importante pra ser colocado dentro desse orçamento. Por isso que eu
657 acho que agora com a vinda do Secretário, está dentro das atribuições do Secretário do
658 fundo, elaborar esse orçamento pro fundo e auxiliado pela CTPA conseguir fazer. Agora eu
659 acho sinceramente que é complicado pra mim, enquanto presidente da CTPA, deixar essa
660 coisa passar em branco, tem que ser avaliado, não pode ser simplesmente uma peça, ah,
661 chega lá avalia, ah que legal! Espera dois três dias vem outra, ah, olha a outra! Mas eu não
662 discuti com os meus pares, existem outras pessoas que tem as suas opiniões a ser
663 colocadas e respeitados esses encaminhamentos. E quanto a resolução 44/2208, os
664 percentuais têm que ser respeitados, ou então a gente faz uma outra coisa, vamos brincar
665 de outra coisa. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Mário eu concordo contigo, é
666 que tu disseste que eles não encaminharam. Eles trouxeram as propostas e a prestação de
667 contas, só a SDR que não. E depois o combinado foi que cada secretaria que trouxe a
668 proposta teria que se adequar ao teto. E eu também concordo que tem que ser melhor
669 examinado pela CTPA. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** O que se percebe e
670 não vejo maior dificuldade em corrigir, é o estabelecimento e o cumprimento de
671 procedimentos. Talvez isso seja decorrente dessas lacunas que a gente teve, a própria falta
672 de um secretário e tal, que vai ser corrigido. Mas enfim, eu não vejo muita dificuldade, é só
673 uma questão de procedimento. A gente tem esse problema em várias áreas procedimento,
674 rito. Temos uma resistência natural a seguir ritos, mas temos que seguir. Isso pode ser
675 corrigido, não vejo muita dificuldade nisso. Agora isso me parece que não é uma via de mão
676 única, esses procedimentos precisam ser construídos com a participação de todo mundo,
677 não pode ser uma coisa de cima pra baixo. **Gilmar Carabajal:** Mário só lembrando, eu
678 também participo da CTPA e naquele dia nós não tínhamos o teto ainda, nós só tínhamos o
679 valor, tanto que eu comentado com o Júlio que o meu orçamento inicial era de vinte e dois.
680 Então naquele dia nós não tínhamos esse orçamento que foi apresentado agora, nós
681 apresentamos a estimativa dos projetos totais. Nós não conseguimos aprovar e votar
682 naquele dia porque não tínhamos cotas ainda. Estou só repassando o aporte da SOP,
683 porque eu tinha o meu valor, apresentei ele e tive que adaptar os vinte e dois milhões pra
684 onze milhões. Inclusive discutimos e votamos que o valor referente à Sema deveria ser os
685 cinquenta e cinco por cento e deveria ser aplicada a resolução, Só que o que acontece, o
686 que se apresentou lá foi o orçamento do Planejamento que foi lançado no SEO, que é o
687 Sistema de Operação de Orçamentos. **Guilherme Barbosa:** Boa tarde a todos. Nós
688 também temos sofrido, essa tesoura é grande. Eu não conheço todo o teor da resolução,
689 mas me parece que para o saneamento caberia trinta e cinco por cento. O que nós



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

690 recebemos afinal é menos da metade do que seria pela resolução e é igual a exatamente o
691 que tivemos esse ano, exatamente o mesmo valor. Só que dos seis milhões trezentos e
692 trinta e cinco mil reais, foram liberados dois milhões. Nós fomos rigorosamente salvos no
693 departamento de saneamento por uma outra questão: quando se montou o nosso
694 orçamento foram colocados cinco milhões de reais, que viriam do financiamento do BNDES,
695 foi aprovado pela Assembléia e depois se descobriu que no contrato com o BNDES não
696 podia ser incluído o saneamento. De repente, no começo do ano cinco milhões saíram
697 assim imediatamente e dos seis milhões que viriam do FRH ficaram dois milhões, então nós
698 íamos quase que parar. Então por iniciativa do Planejamento, passando pelo centro de
699 governo, estamos aplicando dinheiro vinculado à saúde, não do orçamento da saúde, mas
700 recursos que podem ser aplicados no saneamento que são considerados investimentos em
701 saúde. Com isso voltaram quase cinco milhões, daqueles que tinham saído no início do ano.
702 Nós temos tido um desempenho orçamentário muito acima dos cinquenta por cento, embora
703 com a dificuldade toda que passamos, porque quem convenia com os municípios tem que
704 quase, com alguns prefeitos por no colo e outros usar um chicote é algo impressionante!
705 São poucos os que andam rápido sozinhos, a gente tem que ficar permanentemente
706 cutucando. Mas acho que nós vamos chegar perto do que nós temos disponível. O que nós
707 pretendemos fazer e que já estamos aplicando esse ano: trezentos e cinquenta mil é para a
708 constituição do Sistema Estadual de Saneamento que definiu na nossa lei 12.037, que nós
709 deveremos ter no Estado e essa lei é de 2003, muito pouco se implementou, que nós
710 deveremos ter no Estado um sistema de informação gerencial de saneamento, algo
711 parecido com o sistema nacional de saneamento. Então nós já construímos o primeiro bloco
712 com a Procergs e estamos no segundo bloco, essa é a previsão dos trezentos e cinquenta
713 mil reais. Depois vem o item que é esse de muita relação com os municípios, o sistema de
714 saneamento de pequenas comunidades, principalmente as comunidades rurais, extensão da
715 rede de água, noventa por cento, também rede de esgoto, drenagem, enfim...então que vão
716 aqueles dois milhões e quase quinhentos mil reais. Desde 2011 que a gente tem apoiado
717 muito os municípios para elaboração dos seus planos municipais de saneamento. Pela lei
718 federal o município que não tiver o plano municipal de saneamento até o ano que vem não
719 receberá recursos do Governo Federal pra saneamento. Na nossa última reunião do
720 Conselho Estadual de Saneamento nós também deliberamos que se o município não tiver o
721 plano, também não convenia com o Estado. Mas ao mesmo tempo nós temos ajudado os
722 municípios, esse valor de cem mil é simbólico praticamente, porque aplicamos em 2011 e
723 2012 em torno de três milhões de reais nesta ajuda aos municípios. Mas ficou aberto ali e
724 talvez com esse recurso vinculado a saúde, a gente amplie também em 2014 ajuda pros
725 planos. Bom, o Plano Estadual de Saneamento também faz parte da nossa lei estadual de
726 2013 que até agora não existe. Nós íamos licitar agora no dia seis, na semana passada,
727 mas por problemas no edital que nós tivemos que adiar, está marcado para vinte e dois de
728 outubro a abertura do edital para o Plano Estadual de Saneamento. No ano que vem
729 devemos gastar a metade do recurso, aproximadamente uns dois milhões de reais. Estamos
730 embalando essa futura criança com muito carinho, muito cuidado, mas acho que vai afinal
731 acontecer. Temos aqui um fundo que é apenas uma janela, uma briga que nós estamos
732 tendo, as dificuldades de saber como aplicar esse dinheiro, mas a gente deixa sempre uma
733 janela, porque queremos continuar com essa discussão. Por último temos dois itens ligados
734 a um trabalho da Corsan junto conosco, é um projeto antigo de trinta anos praticamente da
735 perfuração de poços, uma grande maioria na área rural. No ano passado perfuramos cento
736 e setenta e dois poços, esse ano vamos perfurar um número parecido, que é muito
737 importante. Então na penúltima linha temos materiais, concertos e assim por diante. E por
738 último ressarcimento a Corsan, que não é o valor todo, isso ainda vem do Tesouro uma
739 parcela parecida com essa pra ressarcimento da Corsan. Nessa relação estabelecida, a
740 Corsan entra com seu pessoal, as máquinas perfuratrizes que são antigas, mas no ano que
741 vem vamos comprar novas, são da Corsan, a Secretaria entra com equipamentos,
742 caminhões, enfim e a gente ressarce os custos da Corsan por metro perfurado. É feita uma



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

743 avaliação e aquele valor é apenas a metade do que se repassa pra Corsan, nesse trabalho
744 de abastecimento da comunidade, principalmente na área rural ou também na área urbana,
745 que tem municípios bem pequenos fora da Corsan. A gente também fura pra Corsan, mas
746 daí a conta é separada, quando a Corsan precisa a gente fura, mas a conta é outra. **Carlos**
747 **Gabriel Nunes:** Boa tarde a todos. Esse ofício que está na mão dos conselheiros é uma
748 justificativa de como é a execução do orçamento dentro da SDR. São projetos de micro
749 açudes, de irrigação, de cisterna, mas, no entanto os projetos ocorrem dentro do ano de
750 2014. Existe um manual operativo do Programa de Irrigação, é feita uma distribuição da
751 meta, no valor equivalente a esses quinhentos e sessenta projetos e são distribuídos pelo
752 Comitê de Desenvolvimento Rural Regional. Lá é feita essa distribuição, posteriormente a
753 demanda chega até os municípios e lá o município de Panambi, por exemplo, vai ser
754 contemplado com dez projetos. De lá vão vir os nomes dos beneficiários, os projetos serão
755 elaborados pela Emater e posteriormente esses projetos serão financiados pelo FEAPER,
756 isso que vai acontecer. Então a gente justifica através desse ofício como vai fazer a
757 utilização desses recursos. Isso vai se desenrolar durante o ano de 2014. Junto com esse
758 ofício veio o outro de aplicação dos recursos de 2013 que está quase chegando ao valor,
759 conforme os próximos dias a gente vai complementar com o restante do convênio e vamos
760 alcançar esse valor de recurso alocado. Isso vai acontecendo em etapas conforme o nosso
761 manual operativo próprio e durante o ano de 2014 acontece toda a efetivação do gasto
762 desse recurso, que também tem aporte de recursos do tesouro livre e do FRH. Estou à
763 disposição pra qualquer esclarecimento. **Daniel Schmitz:** Aqui onde constam recursos dos
764 projetos via FEAPER, esses recursos retornam depois? **Carlos Gabriel Nunes:** Ele é
765 repassado ao FEAPER. É a mesma questão que o Guilherme Barbosa levantou, que é
766 muito complicado fazer convênios com os municípios, acontece exatamente como ele falou.
767 Tem que ir lá no município para o prefeito assinar o convênio. O que aconteceu: houve uma
768 crise de conseguir fazer esse repasse de recursos, o que aconteceu: Foi decidido na Sala
769 de Gestão do Governo do Estado, que vai ser repassado FEAPER, que é um fundo que a
770 SDR mantém e é uma forma de repassar ao produtor individualmente, passar um por um o
771 subsídio daquele projeto. O dinheiro é repassado ao fundo e depois é feito um
772 financiamento ao produtor. **Daniel Schmitz:** E o que compõe esse fundo é esse recurso do
773 Fundo de Recursos Hídricos? Os recursos do FRH, depois que o produtor fizer a utilização
774 dele, ele retorna ao FEAPER. **Carlos Gabriel Nunes:** Vinte por cento vai financiar um valor
775 que vai ser subsidiado em oitenta por cento e esse valor vai ser pago ao FEAPER
776 novamente. **Daniel Schmitz:** O FRH entra com essa parte dos oitenta por cento. **Carlos**
777 **Gabriel Nunes:** Sim. **Eduardo Leão Freitas:** Os recursos do FRH vão pra secretaria
778 através de convênio, o recurso não retorna. Através do FEAPER que é um financiamento,
779 vai retornar vinte por cento. O que acontece na secretária: o recurso ao invés de ir pra
780 convênio vai pro FEAPER, que é um outro fundo estadual. Então, desse recurso que está lá
781 no fundo, apenas vinte por cento retorna. O produtor ou a prefeitura retorna vinte por cento
782 do recurso, se pagar em dia. **Daniel Schmitz:** Quando ele busca esse financiamento, o
783 FRH não é o único fundo que contribui pra ele executar o projeto? **Eduardo Leão Freitas:**
784 Não. Vamos lembrar assim: os quatro milhões e quinhentos saem do fundo e vai pro
785 orçamento da secretaria. A secretaria pode fazer convênio com os municípios, certo? Não
786 vai ser o sistema de convênio, vai ser através de financiamento. Então esse recurso que
787 está lá na secretaria, que sai do outro fundo, dos quatro milhões e meio de reais, é
788 transferido para o FEAPER. **Daniel Schmitz:** Só ele? Ou tem mais quatro milhões e meio
789 esperando lá? **Eduardo Leão Freitas:** Não, entram sempre aqueles dez milhões que a
790 secretaria vai aplicar. **Daniel Schmitz:** Não necessariamente a gente esteja colocando
791 recursos do FRH pra dentro do FEAPERS. **Eduardo Leão Freitas:** Não, não. **Daniel**
792 **Schmitz:** Ele é o fundo perdido. **Eduardo:** Com certeza. **Daniel Schmitz:** Vocês têm uma
793 projeção de quantas famílias e quantas pessoas esse programa vai atender? **Carlos**
794 **Gabriel Nunes:** Com esse recurso a possibilidade é de atender quinhentos projetos. Cada
795 projeto a gente encara como uma família. Então vão ser atendidas quinhentas e sessenta



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

796 famílias com uma cisterna, um sistema de irrigação ou um micro açude que se confirme
797 nessa propriedade. A composição está escrita no início do ofício onde diz que são dez
798 milhões. O restante, a diferença dos quatro milhões e meio é o tesouro livre que também
799 compõe o FEAPER. Esse é um dos programas, de um dos departamentos da secretaria. A
800 secretaria tem sete departamentos, tem uma execução orçamentária, só reforçando, a
801 nossa execução orçamentária de 2012 chegou a noventa por cento, ela foi altíssima. O
802 FEAPER atende toda a cadeia de agricultores familiares, indígenas, quilombolas e
803 assentados da reforma agrária. Isso é uma parte do trabalho da secretaria. **Paulo Robinson**
804 **da Silva Samuel:** Diante das apresentações, a gente vê que nessa época sempre vem na
805 mesma discussão. Nós não conseguimos avançar como desejávamos, eu acho que agora
806 Macagnan, tu estando aí, mas como falei no início que o trabalho é árduo, grande. Vou
807 começar aqui primeiro com um elogio pra SDR, que algo que eu venho cobrando. A nossa
808 unidade de planejamento, de acordo com a constituição que a gente trabalha aqui, é a bacia
809 hidrográfica. A meu ver o Planejamento, a Fazenda deveria ler a constituição e aplicar os
810 seus recursos de acordo com a Bacia Hidrográfica. Aqui eu venho cobrando e pena que o
811 Guilherme saiu, mas eu tenho cobrado lá na Secretaria, porque lá eu sou o vice-presidente
812 do Conselho de Saneamento e eu digo: Guilherme quando tu vai lá e pede dinheiro pro
813 recurso, vocês não trazem aqui a informação onde é que foi aplicado o recurso. E a meu
814 ver, se ele for aplicado lá na bacia onde o Roberto é presidente, por isso eu cumprimento
815 vocês, porque está sim trazendo retorno, mas falta uma coluna. Qual é a bacia hidrográfica
816 que vocês estão aplicando? O pessoal aqui da Obras, o presidente do comitê sabe que tal
817 barragem é no seu comitê, mas nós conselheiros precisamos saber também onde é que
818 está sendo aplicado. Porque agora vocês viram que estão saindo os planos de bacia. Os
819 planos de bacia têm “n” ações. Se aquelas barragens estão saindo lá, na hora de fazer as
820 ações e definir o plano, o pessoal da empresa e os comitês é que precisam saber. Então eu
821 peço encarecidamente que no próximo ano venham aqui as prestações de contas pra gente
822 saber onde é que está sendo feito. Nós não vamos lá saber com os prefeitos, mas gente
823 que faz a gestão da bacia precisa saber onde está indo, qual é o município. Lá em Feliz,
824 que eu vi que foi aplicado quatorze mil, a Tânia precisa saber que o prefeito de lá aplicou o
825 dinheiro. Secretário Perelló, essa parte que as Secretarias, a SEFAZ e a SEPLAG precisam
826 saber, que é cinquenta e cinco, trinta e cinco e dez. E como o Mário falou, se não for isso aí,
827 se não tiver capacidade pra gastar isso aí, nós temos que mudar isso aí. E aí é dentro desse
828 conselho que nós temos que fazer isso. Bom, se a nossa capacidade aqui, do meio
829 ambiente, no caso vamos trabalhar com cinquenta milhões e eu não tenho capacidade de
830 gastar vinte e cinco milhões, bom gente, então eu vou ter que gastar só oito milhões. E aí a
831 gente vai ter que refazer esses percentuais, porque nós temos aqui uma resolução de 2008,
832 definida e decidida neste conselho, e aí eu sou um pouco legalista, por isso a minha fala no
833 início, então a gente está brincando aqui, definindo e decidindo ilegalmente até em cima de
834 uma resolução. Então eu peço a todas as secretarias que vieram aqui solicitar o recurso,
835 que tragam a prestação de contas para este conselho para o próximo ano. Essa é uma
836 solicitação nossa, do comitê Gravataí e eu tenho certeza que todos os membros dos outros
837 comitês gostariam de ter essa prestação de contas. E os prazos também devem ser
838 obedecidos. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Na resolução diz que as
839 prestações de contas são bimestrais e o certo seria ir pra CTPA. **Paulo Robinson da Silva**
840 **Samuel:** Se é bimestral tem que fazer prestação de contas, tem que vir feito um informativo
841 pra esse conselho, porque estamos trabalhando com dinheiro, recurso público, que não é
842 pouco. Então, é uma solicitação nossa aqui, dos comitês, como coordenador adjunto do
843 Fórum eu estou puxando essa solicitação. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:**
844 Esses procedimentos podem e devem até estar previstos em uma resolução, pode ter uma
845 resolução que prevê esse rito de encaminhamento, isso precisa ser acordado aqui. Eu
846 trabalho com planejamento da conservação e lá usamos um método que se chama
847 planejamento adaptativo ativo. Isso foi desenvolvido dentro da biologia da conservação, mas
848 serve pra qualquer outra área e ele reeduca a gente no seguinte aspecto: quando a gente



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

849 trata com as questões legais e de procedimentos, às vezes temos que rever nosso
850 comportamento com relação a essa necessária e imprescindível flexibilidade, que nós temos
851 que ter para tornar as coisas também flexíveis. Essa resolução possivelmente foi resultado
852 de um momento e nada impede que ela seja revista. O planejamento adaptativo ativo é isso,
853 você toma a decisão, monitora, olha os resultados e se o resultado não foi aquele esperado,
854 você imediatamente mexe na tua conduta. Isso serve pra qualquer área. A gente às vezes
855 resiste um pouquinho, isso eu vejo muito nos planos de manejo das unidades de
856 conservação que são construídos e as pessoas têm uma resistência, inclusive, de rever o
857 plano cinco anos depois. Mas ele é pra isso mesmo, porque mudou o entorno da unidade,
858 hoje temos coisas que não tínhamos a cinco, seis anos, mudaram os gestores, mudou a
859 qualificação das pessoas, mudou a própria legislação e a gente tem que rever coisas. A
860 gente tem que meio se reeducar um pouco pra isso. Então, vocês mesmos podem
861 encaminhar pra CTPA pra prever um procedimento pra isso, tem que construir isso, senão
862 fica meio solto. **Daniel Schmitz:** Estava em construção o manual do Fundo de Recursos
863 Hídricos. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Então, se retoma quem sabe.
864 **Adilson Steffens:** sou da área da administração e nessa área chamamos isso de PPCA:
865 planejar, depois vai pra prática, depois verifica, faz o controle pra ver se isso está realmente
866 acontecendo e depois tu faz um novo planejamento e pode readequar. Isso é possível e
867 importante de ser feito. Eu participo da CTIJ e nós tomamos uma posição lá, que é: uma
868 regra enquanto ela vale, tem que ser aplicada. Tu queres mudar a regra? Beleza vamos
869 mudar. Mas ela vale só depois da mudança. A alteração, a mudança, vale depois que ela
870 mudou. Nós temos hoje uma regra hoje em vigor, assim como no processo das eleições dos
871 comitês. Boa parte dos comitês e nós em nome dos comitês defendemos que vale o
872 regulamento interno do comitê. Porque enquanto o regulamento interno do comitê diz que é
873 uma, duas, ou não diz nada, a gente está observando e nós em nome dos comitês estamos
874 observando o que diz o regulamento interno. Bom, temos uma regra para distribuição dos
875 recursos do FRH, eu sou parecer favorável, não direito a voto, que se obedeça a essa regra,
876 até que ela mude. **Roberto Macagnan:** se tem o entendimento do CRH que tem que
877 aplicar a resolução, o que nós temos que fazer é contatar com a Secretaria de Planejamento
878 e tentar adequar o orçamento à resolução. Tem que fazer um movimento político com a
879 SEPLAG. Independente disso penso que todos os projetos que estão ligados ao FRH,
880 sendo eles de qual secretaria for, eles têm que passar pela CTPA que discute essas
881 questões. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** Há tempo pra isso? **Roberto**
882 **Macagnan:** Isso temos que discutir com a SEPLAG, mas normalmente o estado primeiro
883 joga os números de acordo com seu orçamento geral e depois faz uma readequação. E aí
884 cada secretaria tem que justificar alguma mudança nesse orçamento que é proposto
885 inicialmente, até que ele vai pra Assembleia pra ser votado. Não sei exatamente qual é o dia
886 que ele vai a votação. **Daniel Schmitz:** nós estávamos em reunião hoje com o Fórum
887 Gaúcho de Comitês e dialogando com o DRH, temos ouvido notícias de que vai acontecer
888 um diálogo mais aprofundado a nível de governo, com relação a implementação da política
889 de recursos hídricos. Em breve deverá ter uma discussão especial dentro do Conselho e
890 outros encaminhamentos em relação a isso, pra ver o entendimento. Eu acho pertinente que
891 se faça uma reavaliação dos valores da própria SEMA, porque no momento que tiver o
892 apontamento de que o Plano Estadual de Recursos Hídricos tem que ser revisto, ele vai
893 precisar de recursos pra ser revisto, pra que tenha um instrumento oficial, que vá passar
894 pela Assembléia, com conteúdo, que a gente possa confiar nele. Há diversas necessidades
895 que poderão aparecer por decisões estratégicas de governo. A gente não pode deixar em
896 branco. Então, nós temos que rever essa posição com relação a isso, algumas rubricas que
897 deverão estar incluídas nesse processo, que até sexta-feira eu gostaria que fosse talvez
898 reavaliada estrategicamente e recolocadas, não no nível dos oito milhões e podar algumas
899 coisas pra colocar outras, mas sim, acrescentar: olha estrategicamente precisamos de um
900 Plano Estadual, precisamos alguns outros instrumentos que nós vamos ter que abrir mão
901 pra colocar dentro desse orçamento e que seja engordado o orçamento da SEMA, pra que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

902 não fique descoberto depois de uma decisão política sem ter respaldo financeiro de um
903 fundo que é pra isso, pra atender a política de recursos hídricos. **Mário Rangel:** na
904 realidade não foram observados os prazos pelas secretarias. Eu não sou conselheiro, não
905 tenho poder de voto, mas enquanto presidente da CTPA acho que chega de se fazer essas
906 coisas de: ah, não deu, então vai assim mesmo e vamos tocar. Agora por outro lado a gente
907 também tem prazos e não se pode perder os recursos por esse motivo. Eu não quero que
908 digam: Ah, o presidente da CTPA foi lá e aí não conseguimos os recursos, enfim, acabou os
909 recursos hídricos. Então eu deixo nas mãos de vocês conselheiros essa decisão. Eu acho
910 que deveria passar pela CTPA, mas como foi colocado, não tem tempo, porque deveria
911 passar lá, avaliar, chamar uma reunião do CRH e aprovar. Mas não tem como. Agora por
912 outro lado, eu acho que se atropelou a CTPA, ela não conseguiu fazer todas as vistas,
913 vasculhar pra ver o que realmente é e o que não é, então foi atropelada. Agora também não
914 vou aqui ser mais real que o rei. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perelló:** eu tenho
915 esse entendimento também. Os senhores conseguiram olhar o que está sendo apresentado
916 nos orçamentos. Pelo que eu observei, não há nada muito fora do que se espera de
917 aplicação com o fundo, não tem nada absurdo ali. Em que pese não haver um
918 detalhamento, uma discussão maior da CTPA, não há nada absurdo ali, pelo que pude
919 perceber. Existe uma clara disposição de que esses procedimentos têm que ser revistos,
920 isto já foi visto aqui. Não tinha procedimentos, por isso fica difícil cobrar data das pessoas,
921 em que pese que está na resolução, esse tipo de coisa. Então, por conta disso, sob pena da
922 gente comprometer o processo, se encaminha a votação, hoje é quarta-feira, isso tem que
923 estar na Assembléia na sexta-feira, se encaminha votação com base nisso, ficando aqui o
924 compromisso desde já, de que esse tema tem que ser tratado de maneira prioritária pra que
925 a gente não repita esse procedimento que não condiz com o que está posto nos
926 regulamentos. É o encaminhamento que eu posso deixar e está aberto a manifestações.
927 **Júlio Salecker:** é quase radical o que vou falar, ou é radical mesmo: eu acho que nós
928 devíamos aprovar aqui o que passa na regra. Vou fazer uma proposição: os que estão com
929 o orçamento abaixo ou igual o que diz na regra, se aprova, e quem está acima, se aprova
930 até o que está na regra. Digamos que apresentou quatorze milhões, mas doa trinta e quatro,
931 "X" por cento dá só dez, linha de corte nos dez. O problema não é o agora, o problema é o
932 depois. Depois começa a tesoura pegar e pega desproporcional, como já pegou em outros
933 anos e no fim aquela secretaria que não devia estar com tanto dinheiro agora, vai ficar com
934 mais dinheiro depois. Então se nós devemos ser justos, e temos que ser, porque tem um
935 regramento, vamos usar ele como linha de corte. Se está sendo considerado trinta e quatro
936 milhões, ok! A Sema pode ir até cinquenta e cinco por cento e que as outras também
937 obedeçam seu percentuais Temos que fazer cumprir a regra. A minha proposta é que gente
938 não vote aqui uma ilegalidade, nós vamos estar votando uma ilegalidade. **Roberto**
939 **Carvalho:** a regra existe e nós fomos atropelados pelos prazos, mais uma vez, é a segunda
940 vez que eu participo da CTPA e pelo segundo ano consecutivo vem esse atropelo. Então
941 agora com a figura do nosso secretário executivo, que ele seja bem vindo, acho que esse é
942 um trabalho que ele pode organizar e que no próximo ano a gente não esteja com esse
943 mesmo nível de discussão aqui, se vamos votar ou não vamos votar, dia 15 agora tem que ir
944 pra Assembléia e não temos mais prazo pra nada. Eu acho que devemos votar hoje, com
945 certeza. Mas para o futuro vamos rever a regra, vamos abrir essa discussão de uma vez.
946 Mas hoje a gente precisa votar, sem dúvida. **Fabrizio Diretor Adjunto da AGDI:** não tenho
947 procuração pra defender os projetos da SOP, nem da SDR, nem de outras, mas vou na
948 mesma linha que o colega falou a pouco. Os projetos que vimos são importantes para o
949 Estado, tanto a questão dos poços, como das barragens e outros. Todos estão dentro da
950 área de abrangência do FRH, recursos hídricos e de saneamento também. Também
951 entendo essa questão das normas e resoluções, só que em função do prazo, acho que nós
952 não podemos perder essa oportunidade de utilizar esses recursos em projetos importantes
953 para o Estado. **Paulo Robinson Samuel:** Prazos existem, vocês mais do que nós sabem
954 dos prazos do Planejamento e mais uma vez eu peço, que no próximo ano nós não



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

955 tenhamos todo esse tempo de discussão. Espero que todos estejam nos seus cargos no
956 próximo ano e que se defina uma metodologia e aí é uma questão política do Governo, que
957 se precisar o apoio dos comitês, vocês terão, pra ir conversar. Precisamos de uma
958 metodologia e se precisar mudar, nós mudamos, não tem problema, mas temos que
959 construir isso. Essa é a minha posição e eu gostaria também de ver se temos quorum.
960 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva** conferiu o quorum. **Presidente Luiz**
961 **Fernando Carvalho Perello:** temos duas propostas: uma de aprovar como está, com os
962 valores que foram apresentados aos senhores, como os projetos foram encaminhados e a
963 outra é uma proposta que aprova os orçamentos, observados os limites que estão postos na
964 resolução. Temos dois votos para a primeira proposta, que é de aprovar os orçamentos
965 com os valores que foram apresentados. Aprovada com nove votos a segunda proposta,
966 que é de aprovar os orçamentos, observando os valores postos na resolução. As secretarias
967 agora precisam adequar esses valores conforme os percentuais. **Item 05 – Sugestões dos**
968 **Comitês para as Câmaras Técnicas:** como as Câmaras Técnicas de Gestão da região do
969 Guaíba, Uruguai e Litorânea estavam sem pauta, nós pedimos aos comitês que sugerissem
970 e essas sugestões foram enviadas pra vocês. O que vocês acharam, principalmente o
971 pessoal dos comitês? Vou ler as sugestões: o real papel do Comitê de Bacia, sugestão do
972 Comitê Ijuí. Vocês aprovam que seja tema de pauta? **Daniel Schmitz:** dentro dessa pauta
973 foi pedido para que todos os comitês se pronunciassem, com relação à temática que
974 achassem importante pra sua região hidrográfica. Temos três regiões hidrográficas no RS: a
975 Litorânea, do Uruguai e a Guaíba. Dentro dessa proposição os comitês colocaram algumas
976 idéias. Tem regiões hidrográficas com temas muito específicos pra trabalhar e tem outras
977 que talvez não tivessem, então tem diversas necessidades disso. Eu acredito que seria
978 como encaminhamento, que chamadas as CTs de Gestão de cada uma das regiões e
979 dentro das CTs que são compostas oficialmente dentro do CRH, lá se defina essa pauta.
980 **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Não é assim que se define. As CTs atendem
981 demandas do CRH. **Daniel Schmitz:** essa é uma demanda que vai ser colocada pra elas.
982 Porque o CRH dizer que a região do Guaíba tem que conversar sobre Agencia de Bacias
983 Hidrográficas, que tem que conversar sobre formas de gestão da região sem ter as
984 informações, acho complicado que o CRH tome essa decisão, mas que possa vir lá da
985 Câmara Técnica, “*é essa a informação melhor construída*”, do que simplesmente só a
986 opinião de temas que são jogados lá dentro, até pra nós decidirmos, acho que seria o
987 melhor encaminhamento. A Câmara Técnica do Guaíba faz um ano e alguns meses que não
988 se reúne e ela precisa voltar a se reunir, ou nós vamos esperar de novo que morram peixes
989 no Sinos, pra de novo conversar sobre esse negócio e também tem o processo de gestão
990 da região do Guaíba. A região do Uruguai tem uma temática bem clara que está sendo
991 trabalhada sobre o Comitê Federal. Então tem temáticas que estão muito claras ali. Acho
992 que o CRH jogar pra essas câmaras os assuntos, acho que nesse momento a primeira
993 posição clara é que as CTs definam as suas principais ações a serem tomadas, aí elas
994 venham para o CRH e a partir se daí comece todo esse trabalho. **Secretária Executiva**
995 **Adjunta Carmem Silva:** Isso aqui foi pra provocar, porque eu cobro, o CRH manda e-mail
996 para os presidentes das CTs e eles dizem que não tem pauta. **Daniel Schmitz:** Na região
997 hidrográfica do Guaíba não há coordenação. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:**
998 Então vamos marcar as reuniões, definir os prazos? **Daniel Schmitz:** Tem que marcar e
999 gerar a pauta. **Secretária Executiva Adjunta Carmem Silva:** Exatamente, porque senão
1000 vai ficar parado. A região do Uruguai tem pauta. A Litorânea faz muito tempo que não se
1001 reúne. Agora temos todos os comitês do litoral instalados. O Secretário Neio instalou
1002 oficialmente o Comitê Mampituba no dia trinta e um de julho. Qual é a data que vocês
1003 sugerem? Temos que ter um prazo pras Câmaras Técnicas se pronunciarem, já que é esta
1004 a sugestão do Fórum. Pode ser um prazo de quinze dias? Ou vocês podem se reunir, ou
1005 discutir através do FGC. **Daniel Schmitz:** Não Carmem, Câmara Técnica é do CRH e o
1006 CRH tem que marcar, vai ter reunião da CT daqui a quinze dias e ponto, definido. Chama a
1007 CT e resolve. **Secretária Executiva Carmem Silva:** Só que não vou chamar todas as CTs



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

1008 no mesmo dia. **Daniel Schmitz:** Não, chama essas de gestão. **Secretária Executiva**
1009 **Adjunta Carmem Silva:** Sim, só que não no mesmo dia, porque nós não temos local, não
1010 tem como a gente andar pra lá e pra cá e são reuniões individuais. **Presidente Luiz**
1011 **Fernando Carvalho Perello:** vamos por em votação que esses encontros ocorram até trinta
1012 de setembro. Aprovado por unanimidade. **Assuntos gerais – Daniel Schmitz:** eu gostaria
1013 de, em nome dos comitês do RS, e na articulação com o Governo do Estado e com o DRH,
1014 convidar o CRH, lembrar que de quatorze a dezoito de outubro, nós teremos aqui em Porto
1015 Alegre o Encontro Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas e o Encontro Nacional de
1016 Comitês de Bacia Hidrográfica, na FIERGS. São encontros em que os Comitês de Bacias
1017 Hidrográficas do Brasil, vem ao RS discutir a gestão em termos de cooperação pelo uso da
1018 água, porque isso é o tema internacional da água, onde usuários da água, Governo e
1019 população reforçam o seu vínculo para que aja cooperação para garantir os usos múltiplos
1020 das águas. O Governo certamente vai estar fazendo um convite oficial e nós contamos com
1021 a presença do CRH, prestigiando e participando. Lá haverá diversas palestras, debates e
1022 diálogos com os comitês de todo o Brasil. Então de quatorze a dezoito de outubro, coloquem
1023 na sua agenda. **Paulo Robinson Samuel:** esse mês nós perdemos um grande
1024 companheiro aqui nos recursos hídricos, o doutor Manuel Ramalho. Ele representava o
1025 setor de navegação, fazia parte do comitê Gravataí, do Lago Guaíba, do Caí e mais alguns
1026 outros comitês. O doutor Ramalho tinha mais de oitenta anos, militava no sistema, uma
1027 pessoa sempre presente. Na nossa última reunião em Viamão, mesmo caindo água ele
1028 pegou o ônibus, desceu lá em Viamão e foi pra reunião. Ontem no Gravataí fizemos um
1029 minuto de silêncio lá em memória às boas lembranças do doutor Ramalho. Aqui eu sugiro
1030 um manifesto, ou um ofício do CRH, uma menção a entidade a qual ele representava, o
1031 saudando como um grande colaborador do sistema, não dentro desse conselho, mas
1032 sempre presente quando precisávamos dele. **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perello:**
1033 A Secretaria providenciará a moção de pesar. **Diretor Marco Mendonça:** Eu soube agora
1034 que o Conselho vai fazer uma discussão, no dia vinte e três e vão encaminhar um convite
1035 para que os conselheiros do CRH participem. A Carmem deve estar recebendo esse convite
1036 em seguida e vai repassar pra vocês. **Daniel Schmitz:** tivemos a oportunidade, o Paulo
1037 Robinson e eu, de participar da Reunião do Colegiado Coordenador do Fórum Nacional dos
1038 Comitês, em Fortaleza, diante do Encontro Internacional de Organismos de Bacia, e naquela
1039 oportunidade nós tivemos contato com uma Diretora do Departamento Nacional de Obras
1040 Contra a Seca. Essa Diretora nos chamou, sabendo que éramos membros de Comitês de
1041 Bacia do RS, pra nos contar uma novidade que vai ser anunciada e ouvir a nossa opinião.
1042 Nesse mês de setembro vai haver uma votação na Câmara e no Senado, da criação da
1043 Segunda Superintendência do DNOCS fora do Nordeste. E essa superintendência do
1044 DNOCS vai vir ao Rio Grande do Sul. Vamos ter aqui uma instituição federal que vai tratar
1045 obras de combate à seca. Já está acordado na Câmara dos Deputados, pela bancada
1046 nordestina, que tinha resistência em abrir mão dessa situação, que trabalhava a seca, nós
1047 trabalhamos por aqui com estiagem. Ela ficou bastante contente quando dissemos que
1048 teriam todo o apoio dos Comitês de Bacia do RS, para que viesse essa estrutura de apoio a
1049 produção rural e o combate a estiagem. Possivelmente virão trazer essas novidades no
1050 Encontro Nacional, e certamente o Governo vai fazer o anúncio, porque é uma articulação
1051 do Governo Tarso e da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados. É sempre bom ouvir
1052 notícias boas, de coisas que estão acontecendo e que vão vir para o nosso estado.
1053 **Presidente Luiz Fernando Carvalho Perello** encerrou a reunião.